

PET na REPRESENTAÇÃO Nº 507 - SC (2017/0285003-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
REQUERENTE : M E B
REQUERIDO : H B L

DECISÃO

Cuida-se de procedimento criminal autuado na classe da representação e decorrente de decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que declinou da competência para esta Superior Instância.

Com vista dos autos, o Ilustre representante do Ministério Público Federal, às fls. 445/455, manifestou-se, em síntese, pelo arquivamento da representação, tendo em vista a inexistência de conduta penalmente relevante praticada pelo magistrado representado.

Diante da mencionada promoção ministerial, **decido**.

Inicialmente, urge consagrar que em sede de expediente de persecução penal, nos denominados procedimentos originários, a postulação de arquivamento da parte do representante do Ministério Público, aqui desempenhando a titularidade plena da ação penal originária, se mostra definitiva, porquanto inaplicável a regra de superposição do art. 28 do CPP.

Neste ponto é o que vem reafirmando de longa data a Suprema Corte, *verbis*:

“Inquérito policial: arquivamento requerido pelo chefe do Ministério Público por falta de base empírica para a denúncia: irrecusabilidade. 1. No processo penal brasileiro, o motivo do pedido de arquivamento do inquérito policial condiciona o poder decisório do juiz, a quem couber determiná-lo, e a eficácia do provimento que exarar. 2. Se o pedido do Ministério Público se funda na extinção da punibilidade, há de o juiz proferir decisão a respeito, para declará-la ou para denegá-la, caso em que o julgado vinculará a acusação: há, então, julgamento definitivo. 3. Do mesmo modo, se o pedido de arquivamento - conforme a arguta distinção de Bento de Faria, acolhida por Frederico Marques -, traduz, na verdade, recusa de promover a ação penal, por entender que o fato, embora apurado, não constitui crime, há de o Juiz decidir a respeito e, se acolhe o fundamento do pedido, a decisão tem a mesma eficácia de coisa julgada da rejeição da denúncia por motivo idêntico (C.Pr.Pen., art. 43, I), impedindo denúncia posterior com base na imputação que se reputou não criminosa. 4. Diversamente ocorre se o arquivamento é requerido por falta de base empírica, no estado do inquérito, para o oferecimento da denúncia, de cuja suficiência é o Ministério Público o árbitro exclusivo. 5. Nessa hipótese, se o arquivamento é requerido por outro órgão do Ministério Público, o juiz, conforme o art. 28 C.Pr.Pen., pode submeter o caso ao chefe da instituição, o Procurador-Geral, que, no entanto, se insistir nele, fará o arquivamento irrecusável. 6. Por isso, se é o Procurador-Geral mesmo que requer o arquivamento - como é atribuição sua nas hipóteses de competência originária do Supremo Tribunal - a esse não restará alternativa que não o seu deferimento, por decisão de efeitos rebus sic stantibus, que apenas impede, sem provas novas, o oferecimento da denúncia (C.Pr.Pen., art. 18; Súmula 524). 7.

O mesmo é de concluir, se - qual sucede no caso -, o Procurador-Geral, subscrevendo-o, aprova de antemão o pedido de arquivamento apresentado por outro órgão do Ministério Público.” (Inq 1604 QO, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 13/11/2002, DJ 13-12-2002 PP-00060 EMENT VOL-02095-01 PP-00162)

EMENTA: PEDIDO DE ARQUIVAMENTO POR AUSÊNCIA DE BASE EMPÍRICA PARA O OFERECIMENTO DE DENÚNCIA: PEDIDO IRRECUSÁVEL, QUANDO FORMULADO POR SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, COM A APROVAÇÃO DO CHEFE DA INSTITUIÇÃO. 1. É irrecusável o pedido de arquivamento formulado por Subprocurador-Geral da República, com a aprovação expressa do Procurador-Geral da República, quando fundamentado na inexistência de indícios mínimos de ilegalidade: Precedentes. 2. Agravo regimental ao qual se nega provimento. (Pet 4131 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 26/06/2008, DJe-162 DIVULG 28-08-2008 PUBLIC 29-08-2008 EMENT VOL-02330-02 PP-00274 LEXSTF v. 30, n. 359, 2008, p. 176-187)

Em razão disso, **defiro o pedido de arquivamento da presente representação e encaminhamento de cópia integral dos autos à chefia da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina para o fim de proceder, se assim entender, à eventual apuração de fato criminoso.**

Feitas as comunicações de estilo, ao fim, proceda-se à baixa na distribuição.

Publique-se.

Brasília, 29 de março de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente